



ACER Brasil

Avaliação Projeto Menino Cidadão

move

● avaliação e estratégia em
desenvolvimento social



Move avaliação e estratégia em desenvolvimento social

Queremos ser uma empresa referência no campo socioambiental brasileiro, reconhecida por seu compromisso com resultados, seriedade e sensibilidade metodológica, suporte a processos de aprendizagem e capacidade de agregar valor a seus parceiros e clientes.

Missão

Apoiar organizações públicas e privadas que atuam no campo socioambiental a conhecer e qualificar o impacto de suas ações.

Visão

Empresas, fundações e organizações da sociedade civil compreendem e demonstram o impacto socioambiental de suas ações, melhor articulam avaliação e planejamento estratégico e atuam de maneira mais inteligente, sustentável e eficaz, com contribuições relevantes ao desenvolvimento da sociedade brasileira.

ACER Brasil

Sócio responsável

Rogério Silva

Coordenação

Anna Lívia Sólton Arida

Apoio técnico

Fernanda Sato

Vanessa Munhoz

Este estudo é propriedade da ACER. O uso parcial ou integral deste material por outros interessados só poderá ser realizado com autorização expressa do CLIENTE.

www.movesocial.com.br

move@movesocial.com.br / (11) 3868-4093

Resumo Executivo

Este relatório traz o conjunto de resultados do processo de avaliação externa 2012 do Projeto Menino Cidadão, desenvolvido pela ACER de novembro de 2007 a fevereiro de 2013. A avaliação foi orientada para exploração das seguintes questões: (i) contribuição do Projeto para a erradicação do trabalho infantil no território; (ii) transformações provocadas pelo projeto na maneira como as famílias se relacionam com o trabalho infantil e (iii) impacto de ter um *case worker*¹ responsável pela família.

Durante o processo de avaliação foi possível colher percepções significativas sobre o papel que a ACER vem desempenhando no território e junto aos beneficiários de sua intervenção. Tanto para famílias quanto para jovens, a ACER é reconhecida como instituição provedora, com poder de assistir e resolver os mais diferentes problemas e necessidades. A gratidão pelo apoio recebido é o principal sentimento manifestado por famílias e jovens em relação à instituição.

Esse papel, ao mesmo tempo em que colabora para a eliminação de algumas barreiras institucionais para o exercício de direitos (como acesso a vagas na escola e na creche), parece gerar pouca mobilização e engajamento crítico por parte dos beneficiários. Em situações em que lhes falta algo, é comum recorrerem à ACER para encontrar solução.

No que se refere à contribuição do Projeto para a erradicação do trabalho infantil no território, fica evidente que a ACER desempenhou durante os anos 2001 a 2009 papel político e de articulação importantes para o avanço de ações, com a criação da RECAD - Rede de Atenção à Criança e ao Adolescente de Diadema², e da Comissão Municipal de Enfrentamento ao Trabalho Infantil. Hoje continua realizando trabalho relevante de articulação entre os serviços de proteção social para um melhor atendimento de famílias e adolescentes em situação de vulnerabilidade, mas com seu potencial de transformação reduzido, já que menos voltado ao sistema, aos serviços e mais dirigido a casos específicos.

O trabalho infantil urbano mais visível, como o recolhimento de materiais recicláveis, vem diminuindo no território (assim como no município de Diadema e no Estado de São Paulo, de acordo com o IBGE), mas as formas mais invisíveis de trabalho, como o trabalho infantil doméstico, a exploração sexual e o trabalho no tráfico persistem e demandam estratégias específicas para sua eliminação.

Através da atuação dos educadores, foi possível perceber certo avanço na visão das famílias sobre a questão do trabalho infantil. De um modo geral, reconhecem a importância de que o trabalho não impeça os estudos dos filhos, de garantir que suas crianças não sejam exploradas ou realizem trabalhos que possam atrapalhar seu desenvolvimento. Paradoxalmente, o trabalho infantil continua sendo reconhecido como

¹ *Case worker* é a definição funcional utilizada pela ACER para nomear os educadores que trabalham diretamente com as famílias e crianças. O *case worker* responsabiliza-se pela unidade familiar e pela articulação dos serviços públicos necessários para a garantia dos direitos e do bem estar daquela família.

² A RECAD tem como objetivo articular e integrar as organizações governamentais e não governamentais de atendimento às crianças e adolescentes em situação de risco social e os Conselhos de Direitos, Tutelares e setoriais, assim como as demais instituições do SGDCA. Fonte: http://www.eaesf.fgvsp.br/subportais/ceapg/Acervo%20Virtual/Cadernos/Experi%C3%Aancias/2005/010rede_de_atencao_a_crianca_e_ao_adolescente_de_diadema.pdf

importante para que as crianças e adolescentes aprendam a ter responsabilidade e autonomia na vida. O “lado bom” do trabalho infantil continua bastante arraigado.

Além disso, o trabalho, como caminho de vida, é bastante valorizado por jovens e familiares e há influência do trabalho dos educadores na construção dessa perspectiva. O trabalho simboliza possibilidade de autonomia, da garantia do próprio sustento e de crescimento profissional. Por outro lado, ainda que reconheçam a importância da permanência na escola, estudar não aparece como elemento chave ou propulsor de uma vida melhor para os beneficiários do projeto. Nesse sentido, a relação das famílias com a escola muda pouco a partir da intervenção da ACER. Alguns pais passam a reconhecer a importância do acompanhamento escolar, mas em muitos casos, são os próprios educadores que realizam essa tarefa.

No que se refere ao impacto de ter um *case worker* responsável pela família, percebe-se que a maior potência e os maiores limites manifestam-se através do mesmo dispositivo: o vínculo. É através do estabelecimento de um vínculo de confiança que se torna possível articular uma entrada na casa, o reconhecimento da história de cada um dos membros da família, assim como a proposição de novas estratégias de relacionamento para aquele núcleo familiar.

Os jovens dão grande valor para a presença do educador, para a possibilidade de ter alguém com quem conversar e que apoia a melhoria do diálogo dentro de casa. Valorizam o fato de os educadores lhes apoiarem na escola e na entrada no mundo do trabalho. Os jovens relatam ganhos em termos de autonomia, em decorrência da proximidade com o educador e da frequência em atividades na ACER. Falam em ter opinião própria e reconhecem a ACER como um espaço que lhes é próprio, que conhece sua história.

As famílias, por sua vez, além da gratidão, localizam a ACER como porto seguro e ponto de apoio fundamental em alguns momentos de suas vidas. Ainda assim, não trazem elementos que indiquem que se empoderaram ou se tornaram mais autônomas a partir do apoio recebido pela organização. A estratégia de fazer pela família, depois com a família, para que depois ela faça sozinha, tem sido utilizada em muitos casos, mas aparentemente produz poucos resultados para além da satisfação de uma necessidade imediata.

Há ainda limites pouco delimitados entre o envolvimento profissional e o envolvimento pessoal dos educadores com as famílias e jovens. Essa mistura não tem contribuído para o desenvolvimento do trabalho, já que coloca os educadores na posição de quem precisa exercer o papel de suprir todas as necessidades postas. Um olhar mais estratégico para os casos, assim como um processo de supervisão da equipe, poderia ajudar o grupo a rever premissas, identificar talentos e limites, e a ganhar potência em sua intervenção.

Sumário

I.	Introdução.....	6
II.	Panorama do combate ao trabalho infantil no Brasil.....	7
III.	Método da ACER Brasil	9
IV.	Posição da ACER	11
V.	Processo de coleta de informações.....	11
VI.	Resultados.....	13
VI.I)	Contribuição do trabalho da ACER para erradicação do trabalho infantil no território onde atua	13
a)	Mudança da oferta de mão de obra para crianças e adolescentes.....	13
b)	Influência do trabalho da ACER na mudança do tipo de trabalho infantil no território.....	14
c)	Taxa de sucesso da erradicação do trabalho infantil.....	15
d)	Influência do trabalho da ACER no ecossistema do município	17
VI.II)	Transformações provocadas pelo Projeto na maneira como famílias e crianças se relacionam com o trabalho infantil.....	19
e)	Mudança da demanda das famílias por trabalho para suas crianças e adolescentes	19
f)	Mudança de visão e perspectiva de futuro da família e dos jovens	20
g)	Mudança na relação das famílias e crianças com a escola	21
VI.III)	Impacto do case worker (educador social).....	21
h)	Potências e limites do trabalho do case worker	21
i)	Papel desempenhado pelo case worker no empoderamento da família.....	23
j)	Papel desempenhado pelo case worker na ativação da rede de proteção social/ SGDCA.....	25
VII.	Considerações Finais.....	25

I. Introdução

Este relatório apresenta a avaliação do conjunto de resultados do Projeto Menino Cidadão. O Projeto foi desenvolvido pela ACER Brasil, de setembro de 2007 a fevereiro de 2013, com financiamento da Fundação Telefônica Brasil, tendo como objetivo: **“Combater o trabalho infantil fomentando o desenvolvimento cognitivo, social, emocional e físico das crianças e seus familiares através da intervenção comunitária, do programa de acompanhamento social e dos programas de arte-educação complementares à escola”**. O propósito central da avaliação foi compreender o alcance desse objetivo.

O processo de avaliação se iniciou com uma Oficina com a equipe de educadores da ACER e do Secretário Geral da organização. Ali foram elaboradas 3 perguntas orientadoras da avaliação. Para cada uma delas foram construídas categorias de análise, aspectos que seriam observados ao responder às perguntas centrais. A escolha por categorias de análise se deu em função do desejo de que as perguntas fossem exploradas essencialmente pela via qualitativa, o que fez abandonar a construção de indicadores específicos para as mesmas. As perguntas e as categorias estão a seguir:

1. Em que medida o projeto contribuiu para a erradicação do trabalho infantil no território de atuação da ACER?

- a) Mudança da oferta de mão-de-obra para crianças e adolescentes
- b) Influência do trabalho da ACER na mudança do tipo de trabalho infantil no território
- c) Taxa de sucesso da erradicação do trabalho infantil
- d) Influência do trabalho da ACER no ecossistema do município

2. Quais transformações o projeto provocou na maneira como as famílias se relacionam com o trabalho infantil?

- e) Mudança na demanda das famílias por trabalho para suas crianças e adolescentes
- g) Mudança de visão e perspectiva de futuro da família e das crianças
- h) Mudança na relação de famílias e crianças com a escola

3. Qual o impacto de ter um *case worker*³ responsável pela família?

- i) Potências e limites do trabalho do educador social
- j) Papel desempenhado pelo educador social no empoderamento da família
- k) Papel desempenhado pelo educador social na ativação da rede de proteção social/ SGDCA

³ Case worker é a definição funcional utilizada pela ACER para nomear os educadores que trabalham diretamente com as famílias e crianças. O case worker responsabiliza-se pela unidade familiar e pela articulação dos serviços públicos necessários para a garantia dos direitos e do bem estar daquela família.

O processo de avaliação privilegiou, portanto, os discursos, histórias e percepções da população beneficiária, assim como da equipe da ACER. As estratégias de coleta de coleta utilizadas foram as seguintes:

- 3 oficinas de meio-período com a equipe de educadores
- 6 grupos focais com famílias e jovens
- Questionário semi-estruturado respondido por 6 profissionais do Sistema de Garantias da Criança e do Adolescente – SGDCA, que atuam em parceria com a ACER
- Entrevista com ex-secretária de Assistência Social de Diadema.

As oficinas com os educadores buscaram explorar as potências e limites da intervenção realizada pela ACER, assim como identificar as estratégias adotadas, os resultados buscados pela equipe e os principais desafios de sua prática.

Os grupos focais foram realizados com o objetivo de conhecer a percepção de famílias e jovens sobre a instituição, com especial atenção às perguntas orientadoras da avaliação. Foram realizados 1 grupo de famílias e 1 grupo de jovens já desligados do atendimento e 2 grupos de famílias e 2 grupos de jovens ainda em atendimento. Os grupos realizados com os atendidos foram compostos por jovens que não estavam em situação de trabalho infantil, mas sim em situação de vulnerabilidade. Todos os que participaram dos grupos focais são moradores de Diadema, a maioria do Bairro de Eldorado ou Inamar. Os grupos foram compostos por mães de diferentes idades (algumas bem jovens e outras já avós), assim como crianças e jovens de idades de 9 a 19 anos.

Uma vertente quantitativa foi desenhada com o objetivo de trazer elementos que informassem sobre a taxa de sucesso da ACER na erradicação do trabalho infantil em seu território. Essa análise foi baseada em registros da instituição que informavam sobre o tipo de trabalho infantil, assim como a causa de desligamento desses jovens do Programa de Enfrentamento ao Trabalho Infantil – PETI.

II. Panorama do combate ao trabalho infantil no Brasil

O trabalho infantil é aqui compreendido de acordo com o Plano Nacional de Prevenção do Trabalho Infantil e Proteção do Trabalhador Adolescente⁴ e refere-se **“àquelas atividades econômicas e/ou atividades de sobrevivência, com ou sem finalidade de lucro, remuneradas ou não, realizadas por crianças ou adolescentes em idade inferior a 16 (dezesesseis) anos, ressalva a condição de aprendiz a partir dos 14 (quatorze) anos, independentemente da sua condição ocupacional”**.

O trabalho infantil no Brasil tem facetas distintas relacionadas às especificidades geográficas, as distinções de gênero e raça, ao tipo de atividade exercida, aos ambientes rural ou urbano, entre outras. Ao

⁴ <http://www.oitbrasil.org.br/content/plano-nacional-de-preven-o-e-erradica-o-do-trabalho-infantil-e-prote-o-ao-adolescente-trab-0>

mesmo tempo, atinge de forma incisiva famílias em condição de vulnerabilidade estando diretamente relacionada ao desemprego, informalidade, baixa escolaridade e precarização das condições de sobrevivência em diversos níveis.

Outra característica comum encontrada em situações de trabalho infantil no Brasil é a persistência da compreensão cultural de que trabalhar é bom para crianças e adolescentes em condição de pobreza. Mesmo com notórios avanços conceituais e estratégicos ao longo da história da luta pela erradicação do trabalho infantil, ainda existe uma concepção sobre os benefícios do trabalho, arraigada, largamente reproduzida, difícil de ser combatida e que ajuda a manter um ciclo de exploração e pobreza como aponta o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente Trabalhador⁵:

“Até a década de 1980, havia praticamente um consenso na sociedade brasileira em torno do entendimento do trabalho como um fator positivo para crianças que, dada sua situação econômica e social, viviam em condições de pobreza, de exclusão e de risco social. Tanto a elite como as classes mais pobres compartilhavam plenamente essa forma de justificar o trabalho infantil. Essa concepção, cuja influência hoje em dia diminuiu, **mas que ainda persiste em muitos setores da sociedade se expressa na reprodução acrítica de frases como: ‘É melhor a criança trabalhar do que ficar na rua, exposta ao crime e aos maus costumes’; ‘Trabalhar forma o caráter da criança’; ou ainda “É bom a criança ajudar na economia da família’** (grifo nosso). O trabalho infantil encontra aliados importantes na sua manutenção, legitimação e reprodução como uma mão de obra barata, justificada pela falta de qualificação e por seu tratamento como renda complementar ao trabalho adulto”.

É especialmente a partir da década de 1990 que diferentes instâncias do poder público e da sociedade civil organizada unem seus esforços para mudar a situação do trabalho infantil no Brasil, promulgando novas leis, realizando convenções internacionais e implementando novas políticas em relação à proteção do direito de crianças e adolescentes, como também em relação às famílias em situação de vulnerabilidade.

Como marcos deste esforço podemos citar, entre outros, a aprovação do ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente, a implementação de políticas de transferência de renda, como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e o Bolsa Família, e ainda no ano 2000 a ratificação da Convenção nº 182 da OIT, que estabelece que os Estados-membros devem tomar medidas severas para abolirem as piores formas de trabalho infanto-juvenil até 2015.

Todos estes esforços geraram importantes avanços com resultados mensurados desde 1992 pelo IBGE, com 19,6% de crianças e adolescentes trabalhando em idade entre 5 e 17 anos naquele ano, 12,7% em 2001, 10,2% em 2008 e 5,6% em 2009⁶, redução bastante significativa e fruto do trabalho de diferentes governos, ONGs, empresas e organizações de cooperação internacional.

⁵ Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente Trabalhador / Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil. – 2. ed. – Brasília : Ministério do Trabalho e Emprego, 2011, p.9

⁶ Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente Trabalhador / Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil. – 2. ed. – Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2011, p.11/12

Vale ressaltar que apesar dos avanços, ainda há muito a ser feito, pois as estratégias até o momento adotadas foram capazes de reduzir algumas formas de trabalho infantil, enquanto outras, menos visíveis e mais vinculadas a atividades ilícitas, persistem, tais como o tráfico de drogas e a exploração sexual e atividades mais naturalizadas pelas famílias, como o trabalho doméstico e de cuidadores de outras crianças, ou ainda o uso da mão de obra infantil na agricultura familiar. É ainda necessária uma atenção à questão cultural que envolve a compreensão do trabalho infantil como algo benéfico, pois esta ainda convive com o novo paradigma de proteção integral. Neste cenário, combater o trabalho infantil é hoje atividade mais complexa e de resultados menos garantidos do que foi nas décadas de 1980, 1990 e 2000.

III. Método da ACER Brasil

A ACER Brasil é organização que tem como missão: **“Trabalhar com as crianças da região, promovendo atividades que resgatem sua dignidade, garantindo, dentro de suas maiores possibilidades e recursos, o bem-estar das mesmas contra toda forma de violência”**. Atende crianças e jovens em condições de vulnerabilidade diversas, como convivência familiar conflituosa, violência doméstica, alcoolismo, drogadição; responsabilidade precoce pelo sustento da família, relacionamento difícil com a escola entre outras.

Ao trabalhar com pessoas que muitas vezes experimentaram rupturas em relacionamentos de confiança e sofreram violência, negligência ou abuso⁷, a ACER empreende esforços no sentido de evitar a repetição e a perpetuação desses comportamentos, buscando assegurar que tudo o que for possível seja feito para garantir proteção à criança.

O método de trabalho da ACER (no que se refere aos casos de trabalho infantil) está estruturado essencialmente em torno de 2 grandes eixos de ação. O **primeiro eixo** se refere ao oferecimento de atividades de arte educação, capoeira e percussão, por exemplo. Essas atividades buscam provocar a descoberta do pensar, sentir e agir singulares, além de promover a convivência com a diversidade de relações e expressões do humano.

O **segundo eixo** está no Programa de Acompanhamento Social, no qual um educador fica responsável por levantar informações, observar e acompanhar a criança, o jovem, e sua família, de modo a identificar possíveis fatores que possam obstruir ou comprometer o seu desenvolvimento pessoal. Essa estratégia busca identificar e atuar diretamente nas causas da vulnerabilidade.

Para mapear as necessidades específicas de cada criança ou jovem em acompanhamento social e para acompanhar o seu desenvolvimento humano, o educador desenvolve as seguintes atividades⁸:

- Conversas individuais - aborda temas como relação com os pais; com escola; com os colegas e amigos; busca os motivos para as faltas, a razão dos comportamentos prejudiciais ao desenvolvimento; ou seja, o educador reflete junto com a criança ou jovem sobre estratégias para

⁷Abuso é toda e qualquer forma de tratamento, de qualquer natureza, imposto a uma criança que resulta em prejuízo real ou potencial à sua saúde, sobrevivência, desenvolvimento ou dignidade.

⁸ Informações disponíveis em: <http://www.acerbrasil.org.br/atendimento.html>

promover o próprio desenvolvimento na escola, em casa e em outros lugares de convivência bem como elabora junto com ele sobre seu projeto de vida;

- Conversa com professores e/ou coordenadores pedagógicos da escola sobre o desenvolvimento escolar e comportamento de cada criança ou jovem;
- Conversa com os pais ou responsáveis pela educação e orientação da criança ou jovem - contribui para a orientação deles, por ex: sobre a importância de colocar limites sem o uso de agressões físicas ou verbais; capta informações sobre a criança ou jovem; fomenta a busca por especialistas quando necessário; reflete sobre o incentivo inadequado às formas de exploração infantil; verifica a condição e providencia documentos oficiais (certidão de nascimento, rg, carteira de vacinação, cartão de acesso aos serviços de saúde, históricos escolares, etc);
- Acompanha a educação formal - articula junto ao Fórum, solicitações de vagas em escolas para inclusão de crianças e jovens; participa das reuniões de pais quando necessário; visita o caderno para incentivar e orientar o conhecimento;
- Visitas familiares - conhece o lugar de moradia; conhece o cotidiano da criança para compreender limites e possibilidades de sua condição; esclarece aos responsáveis, o que é a ACER; preencher instrumentais e solicita documentos; esclarece regras dos programas da ACER e dos programas sociais; orienta sobre serviços públicos conforme a necessidade da família;
- Acompanha as atividades da ACER - observa a criança ou jovem nos horários do grupo ao qual pertence; dialoga com o professor da atividade que a criança ou jovem está inserido sobre o desenvolvimento e relacionamento.

Para que seja possível a realização de um trabalho junto às famílias, os educadores buscam, em primeiro lugar, o estabelecimento de um vínculo de confiança com a criança e com algum adulto da família. O vínculo é a base para o trabalho da ACER, já que é a partir dele que poderá ser articulada a entrada na casa, a observação dos integrantes da família, a realização de escutas e conversas e proposição de ações e atividades.

O vínculo se forma por afinidade, por habilidades específicas e reconhecidas nos educadores, mas é trabalhado essencialmente com base na identificação (entre educador e atendido). Os educadores mencionam “tentar se colocar como igual” e trabalhar “partir do que há de comum para aproximar”. A utilização deste mecanismo aparece em alguns casos como resposta literal para trabalhar questões das famílias atendidas, como por exemplo, ter que ser mãe para mostrar um novo caminho como mãe.

Muito do trabalho desenvolvido tem como premissa colocar o educador como referência para aquela família, como alguém que pode ser acessado, a quem se pode recorrer. Como referência, é também alguém que oferece um novo modelo de comportamento, relacionamento e de compreensão do mundo. Mostrar para crianças, adolescentes e pais ou responsáveis que existem maneiras diferentes de lidar com as questões familiares é uma importante estratégia utilizada pelos educadores.

Importante ressaltar que a ACER não utiliza metodologias distintas para diferentes tipos de violações dos direitos da criança e do adolescente. O trabalho da instituição foca-se no desenvolvimento humano, infantil e familiar, e atua para remover os obstáculos que são impeditivos de um desenvolvimento saudável.

As estratégias utilizadas são, portanto, apenas ajustadas a depender do tipo de violação, como por exemplo, a busca pela inserção das famílias no PETI em casos de trabalho infantil.

IV. Posição da ACER

Durante o processo de coleta de informações foi possível conhecer a posição que a ACER ocupa no território, tanto para os profissionais da rede, quanto para os beneficiários dos serviços. Essa percepção sobre o papel da instituição permeia o conjunto de relações entre educadores e educandos, e coloca a ACER como depositária de uma série de demandas presentes. Explicitar este aspecto parece ser importante para que os resultados apresentados neste relatório sejam contextualizados, já que a posição da ACER na comunidade, ou a maneira como as pessoas escutadas tendem a representar a instituição, é um elemento que antecede o Projeto aqui avaliado, atravessando o conjunto de relações da ACER naquela região.

A ACER é reconhecida como referência para o público atendido e na rede de serviços de atenção à criança e ao adolescente em vulnerabilidade de Diadema. Na rede sócio-assistencial é referência na articulação dos serviços, em razão da autoridade que sua atuação no território lhe confere. É considerada a instituição que pode ajudar e ofertar atividades para atender demandas que os serviços públicos historicamente não conseguiram fazer.

Para o público atendido, familiares e jovens, a ACER é representada como mãe, que dá conta do que os outros (pais, serviços, poder público) não dão. Para os jovens, a ACER “só não oferece o que nós não pedimos”. As falas dos adolescentes e familiares aparecem permeadas de um sentimento de gratidão e de uma idealização da instituição: onde a escola, os serviços, o governo e a família parecem faltar, a ACER apresenta soluções.

A ACER é tida pelos atendidos também como um local de encontro, no qual é possível brincar, frequentar quando não se tem o que fazer, “para aprender e fazer cursos”. É a partir desses encontros e cursos que os jovens “são conhecidos”, conseguem referenciar histórias e dividir experiências.

É também reconhecida como instituição que ajuda e que recebe a quem precisa de ajuda. Ao mesmo tempo, ser reconhecido como carente, que precisa receber algo do outro, parece causar mal-estar e marcar relações dissimétricas entre os atendidos e o projeto. Há uma ambiguidade: por um lado alguns sentem que a ACER pode oferecer tudo, por outro, reconhecem que alguns não querem ser identificados como aqueles que não têm nada, independente da situação em que vivem:

“o nome já diz tudo: criança em risco”

“se eu entrar lá vão pensar que sou carente, aí vêm a vergonha”

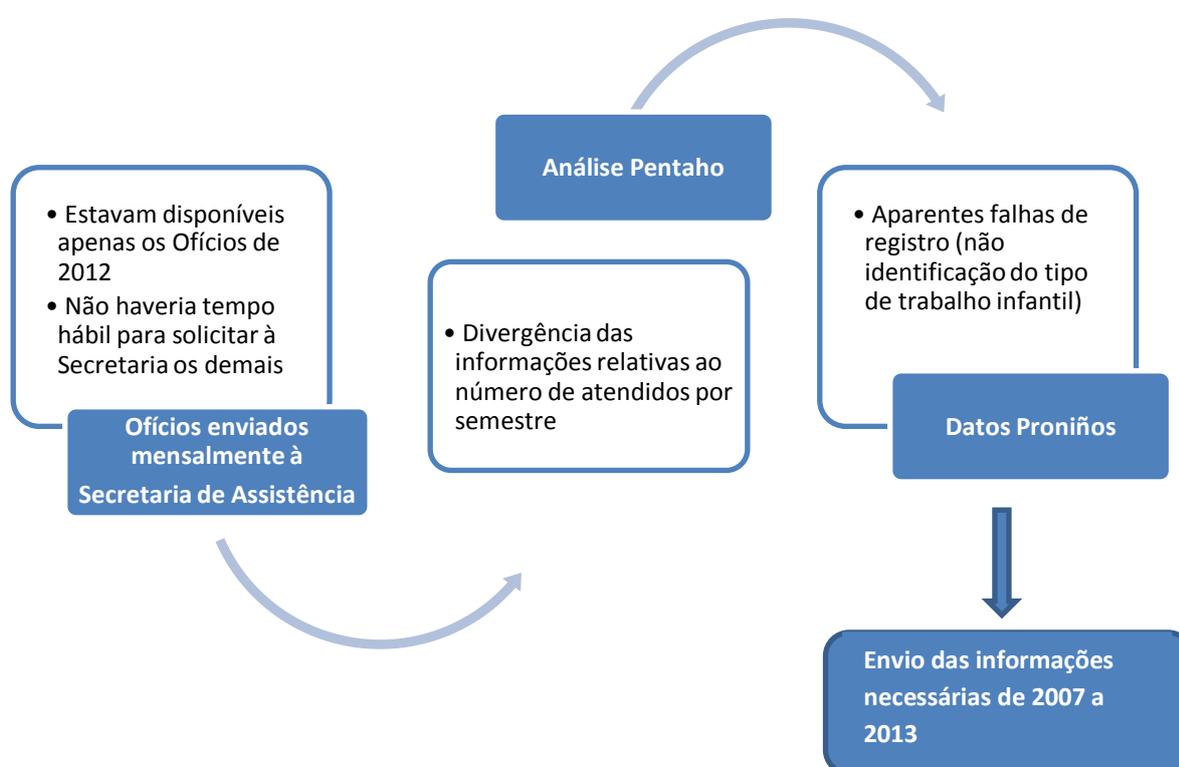
V. Processo de coleta de informações

Antes de analisar os resultados, cabe uma nota sobre o processo de coleta de informações. Nele enfrentamos entraves que impactaram na análise. No que se refere aos grupos focais, em razão dos feriados do mês de Novembro de 2012 e das comemorações de Dezembro de 2012 na ACER, foi necessário deslocar a coleta anteriormente prevista para aqueles meses, para janeiro e fevereiro de 2013.

Os grupos focais com familiares e jovens atendidos, realizados então em fevereiro, foram compostos por pessoas que não estavam nem estiveram em situação de trabalho infantil, mas sim em situação de prevenção, ao contrário do que havia sido pactuado na avaliação. Isso reduziu a possibilidade de investigação de aspectos relacionados ao tema com esses grupos. O número reduzido de pessoas que vivenciaram a situação de trabalho infantil (um grupo de famílias e um de jovens) não permitiu, portanto, que alguns aspectos ou posicionamentos fossem checados em outros grupos, ou mesmo que as questões mais importantes fossem investigadas com maior profundidade. A realização de mais grupos também permitiria chegar a níveis de saturação da investigação, momento no qual as percepções e falas começam a se repetir, dando sinais de que se pode passar às análises.

A análise dos dados quantitativos também sofreu atrasos em razão da dificuldade encontrada para o envio dos dados referentes ao Projeto, notadamente os registros de entrada e saída das crianças e jovens que recebiam o PETI e eram acompanhadas pela ACER. Foram feitas algumas tentativas até que fosse esclarecido que as crianças e jovens que recebiam o PETI eram as mesmas que integravam o Projeto Menino Cidadão, e que a ACER tinha todos os registros (não apenas os de 2012, como havia sido informado no início do processo de avaliação).

A imagem a seguir ilustra o caminho que foi realizado até a obtenção e envio dos dados necessários para a análise:



Para além do impacto desse processo na avaliação, a dificuldade encontrada tanto pela equipe da Move quanto da ACER no reconhecimento e envio das informações referentes ao projeto deve ser olhada com importância, já que pode indicar que apesar da existência de diferentes sistemas de registro, há informações sobre o Projeto que não estão claras, ou não refletem a realidade da organização e não tem sido utilizadas para o acompanhamento do trabalho.

VI. Resultados

A análise dos resultados do Projeto Menino Cidadão está organizada a partir das perguntas de avaliação e suas categorias de análise. Cada um dos subcapítulos a seguir traz uma pergunta e as categorias que a compõe.

VI.I) Contribuição do trabalho da ACER para erradicação do trabalho infantil no território onde atua



a) Mudança da oferta de mão de obra para crianças e adolescentes

Nos dois primeiros anos de projeto (2008 e 2009), a ACER realizou um trabalho de sensibilização com empregadores da região de Eldorado, principalmente com aqueles que compravam materiais recicláveis de crianças e adolescentes do bairro. A percepção da organização é que a demanda desses empregadores por mão de obra infantil teria diminuído significativamente após essas ações. Em razão dos contornos orçamentários desta avaliação não foram desenhadas estratégias para colher informações diretamente com os empregadores, ou para realizar uma observação ativa do território, mas a questão foi explorada junto às mães e jovens ouvidas durante a avaliação.

Nos grupos focais realizados com famílias e adolescentes desligados da ACER, há menção de situações envolvendo o trabalho infantil em ferros velhos, feiras, coleta de material reciclável nas ruas, que aparecem relacionadas à participação das famílias e jovens no Projeto, como ilustrado na fala abaixo:

“Quando eu conheci eles (ACER) a minha educadora me viu num ferro velho aqui perto, eu estava todo sujo e tinha faltado na escola. Ela esperou eu chegar em casa (inaudível), chamaram meus pais, conversaram, explicaram a situação”.

Esse cenário não é mencionado nos outros grupos focais realizados (com famílias e jovens atendidos atualmente pelo Projeto), nos quais algumas crianças relatam ajudar em casa, mas nenhuma menciona os ferros-velhos ou o trabalho de recolher materiais recicláveis. Tanto pais quanto jovens mencionaram o

tráfico de drogas como uma atividade que vem crescendo no território e oferecendo trabalho (ainda que ilícito) aos jovens. Podemos considerar esse fator como indicativo de mudança no tipo de oferta de mão de obra para crianças e adolescentes.



b) Influência do trabalho da ACER na mudança do tipo de trabalho infantil no território

Para o reconhecimento da influência do trabalho realizado junto a empregadores no tipo de trabalho infantil presente no território de Eldorado, foi empreendida análise dos registros da organização no que se refere às 105 crianças beneficiadas pelo PETI que são acompanhadas pela ACER.

Os dados fornecidos pela ACER corroboram a percepção de que houve a diminuição do trabalho de recolhimento e venda de materiais recicláveis. Em 2008, eram 9 crianças nessa situação, apenas 5 em 2010 e nenhuma criança em 2011 ou 2012. Esse panorama é, em certa medida, validado pelas falas dos jovens que participaram dos grupos focais.

O tráfico, que não estava presente em 2008 ou 2009, aparece em 2010, com 3 adolescentes em risco de envolvimento com essa atividade. O fato de o tráfico não ter aparecido em momentos anteriores, no entanto, não indica que esta atividade não existia, mas provavelmente que não era entendida ou percebida como forma de trabalho infantil.

O trabalho doméstico, por outro lado, vem aparecendo com cada vez mais força. Foram 4 ocorrências em 2008, 10 em 2011 e 19 em 2013, o que indica uma maior visibilidade e atenção para essa forma de trabalho infantil.

As ações da ACER no território podem ter colaborado para a redução da atividade de recolhimento de materiais recicláveis no bairro. No entanto, os padrões verificados em Diadema, em certa medida, acompanham o cenário nacional, no qual houve uma redução dos tipos de trabalhos infantis mais visíveis, mantendo-se elevado o número de crianças e adolescente que trabalham em atividades menos visíveis (como o trabalho infantil doméstico e o tráfico). Além da questão da visibilidade, o trabalho infantil doméstico esbarra mais fortemente em percepções culturais sobre a importância ou necessidade de a criança ajudar em casa, o que não está necessariamente ligado ao aspecto do retorno financeiro do trabalho. Por outro lado, o envolvimento com atividades ilícitas, como o tráfico de drogas, oferece recompensas que vão muito além do benefício do PETI, ou mesmo de outros trabalhos, o que evidencia que outras estratégias teriam que ser adotadas para lidar com a questão.



c) Taxa de sucesso da erradicação do trabalho infantil

Para a análise da taxa de sucesso do trabalho da ACER a avaliação utilizou como base o número total de crianças e adolescentes acompanhados pela instituição que foram inseridos no PETI (e passaram a ser atendidos pela ACER) a partir de 2008 a 2012. Ao longo dos 5 anos de projeto, foram inseridas 105 crianças e adolescentes nessa situação. Desse total, 24 foram desligadas no programa até o momento por razões diversas, como mudança de endereço, idade máxima etc. Das 81 restantes, 8 foram desligados por terem saído da situação de trabalho infantil.

As razões do desligamento estão explicitadas abaixo:

Número de desligados	Razão do desligamento
11	Idade máxima
8	Mudança de endereço
2	Inseridos em outros programas
3	Crianças menores de 7 anos
5	Saíram do trabalho infantil
3	Saíram do trabalho infantil e completaram a idade máxima

Analisando o percentual, verifica-se que 10 % dos jovens atendidos a partir de 2007 e que recebiam o PETI saíram da situação de trabalho infantil até o início de 2013. Esses dados acompanham os resultados do município de Diadema. De acordo com o Censo 2010 do IBGE houve uma diminuição de 5,49% do trabalho infantil em Diadema na última década, conforme ilustram os dados abaixo⁹:

Dados IBGE – Município de Diadema	2000	2010	Varição
Pessoas ocupadas de 10 a 17 anos (total)	5496	5194	- 5,49%
Pessoas ocupadas de 10 a 15 anos	1442	1609	+ 11,58%

Apesar da queda geral, houve um aumento do número de crianças de 10 a 15 anos que trabalham. A mesma situação se verifica na cidade de São Paulo, onde houve queda de 5,73% no número total de pessoas de 10 a 17 anos que trabalham, mas um aumento de 28,6% no número de pessoas entre 10 e 15 que trabalham.

⁹ Informações sobre o trabalho infantil no Brasil disponíveis em:
<http://censo2010.ibge.gov.br/apps/trabalho infantil/index.html>

Uma análise justa dos resultados do Projeto Menino Cidadão deve considerar que a saída do trabalho infantil depende essencialmente de dois fatores: (1) do rompimento de concepções culturais em torno dos benefícios do trabalho infantil e (2) da elevação das possibilidades econômicas da família, o que passa pela questão da educação, formação e emprego. A permanência no programa indica que a situação econômica atual da família não a permite permanecer sem o recurso do PETI e ainda assim garantir às suas crianças e adolescentes uma infância sem trabalho. É importante ressaltar também que após a integração do PETI com o Programa Bolsa Família, há pouco incentivo para o desligamento das famílias do PETI, já que isso significa (caso a família necessite de recursos) a entrada na fila de espera para o recebimento do Bolsa Família.

Relatório do IPEC – Programa Internacional para Eliminação do Trabalho Infantil, da OIT – Organização Internacional do Trabalho¹⁰, ressalta a relação entre o trabalho infantil e as condições de ocupação e renda da família: “O que fica evidente, sob esta perspectiva, é que a manifestação do trabalho infanto-juvenil sempre aparece associada a condições de grande vulnerabilidade familiar, particularmente no que diz respeito às ocupações; ao emprego; aos níveis de renda; à escolaridade dos pais; à habitação e condições de habitabilidade; ao tipo de estrutura familiar, dentre outros aspectos”.

Nesse sentido, deve-se refletir o quanto as estratégias da ACER estão voltadas para produzir resultados nessas duas frentes, considerando que ambas são fundamentais.

De acordo com os depoimentos das famílias, mas principalmente dos jovens, existe o reconhecimento de alguns aspectos negativos do trabalho infantil, ainda que benefícios sejam apontados (como ganhar responsabilidade e autonomia financeira). A importância da frequência à escola, do tempo livre para brincar e fazer outras atividades é apontada, e muitas falas localizam o trabalho maléfico como aquele exploratório e que impede o exercício dessas atividades que fazem parte da vida infanto-juvenil:

“Trabalhar é assim, você ter o tempo de você estudar, ter o tempo de trabalhar e o tempo de você se divertir. Trabalho infantil você tem que deixar de estudar, deixar de se divertir para trabalhar e sem receber nada.”

A possibilidade de discriminar trabalho de exploração do trabalho infantil aparece como efeito das intervenções da ACER no grupo de jovens desligados do projeto. Uma jovem atendida conta como trabalhava na rua com os pais e que a partir do contato com a ACER e da bolsa PETI, a relação da família muda: *“a gente agora podia ter algo pra nós. Para a família e para as crianças também”*. Uma adolescente conta da possibilidade de perceber criticamente e falar sobre o trabalho que fazia junto com os pais em uma feira. Ela fala que *“quando tinha 5 anos, eu achava que estava ajudando meu pai”* e de que após o início do contato com uma educadora, que passa a visitar sua casa e convence seus pais a deixá-la participar das atividades, consegue falar sobre sua experiência *“tinha uma coisa que não conseguia dizer e agora posso dizer”* e se relacionar melhor com sua família.

Outra adolescente marca, através de uma série de exemplos, a abertura de outras possibilidades de futuro para ela e sua família a partir da intervenção dos educadores sobre aquela forma de organização doméstica, até então tida como natural. Elenca os grupos de passeio e as visitas que a educadora fazia a

¹⁰ Relatório: Aspectos Qualitativos do Trabalho Infantil no Brasil. Disponível em: http://white.oit.org.pe/ipec/documentos/ti_cuali_br.pdf

casa, como estratégias que ajudaram a família a se reorganizar e desejar ter acesso a elementos que transcendessem a ordem da necessidade, da sobrevivência. *“quando chegava o dia de receber, a gente se sentia rico, porque ia poder escolher alguma coisa, ter uma sandália nova, por exemplo, ou ir ao cinema”*. Parece que o conceito de trabalho se transforma para a adolescente e a família: não é apenas para garantir a sobrevivência, mas oferece acesso e sustenta vontades.



d) Influência do trabalho da ACER no ecossistema do município

A partir das entrevistas realizadas, fica claro que a ACER realizou importante trabalho de articulação política para o enfrentamento ao trabalho infantil em Diadema, mais fortemente entre 2001 e 2009. Esse processo envolveu a mobilização de organizações da sociedade civil e o estabelecimento de parcerias com o poder público municipal, com o objetivo de desenvolver ações e estruturar serviços com foco na garantia dos direitos das crianças e adolescentes.

Já a partir de 1998 iniciou-se em Diadema um movimento importante para o enfrentamento ao trabalho infantil e para a estruturação e ampliação de rede de atendimento para crianças e adolescentes do município. Um trabalho desenvolvido conjuntamente entre o então Departamento de Assistência Social da Prefeitura Municipal e organizações da sociedade civil levou à criação da RECAD – Rede de Atenção à Criança e ao Adolescente de Diadema¹¹, ao estabelecimento da Comissão Municipal de Enfrentamento ao Trabalho Infantil de Diadema e na conversão, em 2004, do Departamento de Assistência em Secretaria de Assistência Social e Cidadania.

De acordo com a ex-secretária de Assistência Social de Diadema, a ACER teve um papel bastante importante no processo de estruturação e mobilização das organizações da sociedade civil para a participação na RECAD:

“A Acer foi fundamental porque foi a Acer que trazia as entidades. A Acer que puxava as entidades, ela era o carro chefe. Como a Acer tinha uma relação muito boa com o poder público, com o prefeito, comigo ou com outros secretários da época, ela tinha uma relação muito de parceria”.

Soma-se à mobilização o trabalho incentivado e, em larga medida liderado pela ACER, de ampliação e diversificação dos projetos e das fontes de financiamento da Rede.

Além do papel desenvolvido no âmbito da RECAD, a ACER é integrante e acompanha a Comissão de Enfrentamento ao Trabalho Infantil de Diadema desde o seu estabelecimento. O trabalho da Comissão,

¹¹ A RECAD tem como objetivo articular e integrar as organizações governamentais e não governamentais de atendimento às crianças e adolescentes em situação de risco social e os Conselhos de Direitos, Tutelares e setoriais, assim como as demais instituições do SGDCA. Fonte: http://www.eaesp.fgvsp.br/subportais/ceapg/Acervo%20Virtual/Cadernos/Experi%C3%Aancias/2005/010rede_de_atencao_a_crianca_e_ao_adolescente_de_diadema.pdf

apoiado no Mapa da Exclusão e Vulnerabilidade Social de Diadema¹², realizado em 2007, culminou na publicação, em 2009, do Plano Municipal de Enfrentamento ao Trabalho Infantil e proteção do Adolescente Trabalhador de Diadema. Junto ao plano, uma série de ações foram estruturadas inclusive a criação de uma campanha permanente de enfrentamento ao trabalho infantil, que fosse capaz de problematizar o tema. Ainda de acordo com a ex-secretária:

“Começamos a pensar e elaborar o plano municipal de erradicação do trabalho infantil, aliado as campanhas porque o plano indicava que tínhamos que investir maciçamente nas campanhas, porque como eram crianças tinha o entendimento que criança no farol não era trabalho infantil”.

Aliado ao papel de mobilização dos atores da rede, a ACER também foi a organização que imediatamente se envolveu no atendimento das crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil e que receberiam o benefício do PETI – Programa Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil:

“Logo a entidade (...) se prontificou a trabalhar porque ela já tem esse no know-how, já faz um trabalho com adolescente e jovens na comunidade, trabalho o protagonismo juvenil, incentiva a menina ao protagonismo juvenil e era uma entidade que estava crescendo”.

Após 2009, em decorrência de mudanças na conjuntura política do município, houve certa desmobilização das iniciativas de parceria entre sociedade civil e governo. A influência da ACER no território fica mais localizada nas ações da Comissão de Enfrentamento ao Trabalho Infantil, e nas articulações feitas com profissionais de serviços como CREAS, CRAS, UBS, Crami, entre outras.

Nesse sentido, o ACER tem desenvolvido hoje papel importante de articular os serviços que atuam com uma mesma família, o que tem significado, em alguns casos, melhor definição e distribuição do trabalho de cada um dos atores da rede, com alguns resultados positivos. São intervenções, no entanto, pontuais, no sentido de que não tem o potencial de gerar transformações mais estruturais para o enfrentamento do trabalho infantil ou para a redução de outras formas de violência.

12

http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/produtos/download/pmat_Diadema.pdf

VI.II) Transformações provocadas pelo Projeto na maneira como famílias e crianças se relacionam com o trabalho infantil



e) Mudança da demanda das famílias por trabalho para suas crianças e adolescentes

Para analisar a mudança na demanda das famílias por trabalho para seus filhos, foi explorada a compreensão e visão destas sobre o trabalho infantil e sobre o PETI, assim como o impacto das intervenções da ACER nas dinâmicas familiares relacionadas ao trabalho.

Em todos os grupos a expressão trabalho infantil soou com certo estranhamento entre os presentes. No grupo composto por famílias já desligadas, o tema foi mais abordado e discutido e alguns dos familiares afirmaram ter recebido o PETI no passado. Já no grupo dos atendidos, a temática mostrou-se mais distante de sua realidade, o que dificultou a exploração do tema. Grande parte estava inserida o Programa Bolsa Família.

A partir da fala dos familiares já desligados, percebe-se que o recebimento do benefício (seja ele PETI ou Bolsa Família) teve o condão de resolver uma necessidade imediata de recursos, o que permitiu que as crianças e adolescentes da família se dedicassem a outras atividades:

“Eles falavam (refere-se aos educadores), que não era para ficar na rua, que era pra ficar em casa... Já que a gente estava recebendo essa ajuda, não era pra eles ficarem na rua. Já colocaram eles nas atividades para tirar da rua. Então eu comecei a respeitar porque realmente...Já estavam aqui fazendo o curso e recebendo PETI, que dava para comprar alguma coisa para eles, ajudar no alimento dentro de casa.”

Nesse mesmo sentido, o PETI é entendido como uma ajuda financeira que permite que as crianças se dediquem aos estudos e não ao trabalho.

Evidencia-se, portanto, uma diminuição da demanda das famílias por trabalho infantil em razão do recebimento de um apoio econômico, mas a visão sobre os benefícios do trabalho para a formação das crianças e adolescentes permanece. Durante um dos grupos, uma mãe menciona o caráter educativo, disciplinador do trabalho e que este ajuda a gerar responsabilidades e valores, e todas as demais concordam. Ao serem questionadas sobre qual o lado bom do trabalho relatam:

“Dar valor as coisas. A gente tem que dar valor ao que come. Ao que bebe, ao que veste, para quando chegar lá na frente dizer ‘eu tenho responsabilidade fui criado assim’... Eu concordo.. eles hoje é igual ela falou, eles valorizam tudo o que tem dentro de casa. O meu filho mais novo ‘ eu lembro tudo que passei’.. era R\$14, R\$7,00, pelo menos comprava uma linguiça, uma salsicha. Então

hoje eles valoriza, o que eles passaram. Hoje graças a Deus eles tem tudo que eles querem... As vezes, o filho quer e a gente não tem condição, eles vão fazer coisas erradas para ter o que eles querem.”

Outro ponto em que concordam é que certas atividades podem ser exercidas e outras não, como atividades que atrapalhem a frequência à escola, ou serviços considerados pesados. Atividades como empacotar produtos em mercados são permitidas pelos pais por serem consideradas mais leves, menos exploratórias. Por outro lado, fica claro que o trabalho doméstico e algumas outras atividades são vistas com naturalidade e que o entendimento sobre os danos gerados pelo trabalho infantil não parece ser ter sido assimilado pelas famílias.

Apesar disso podemos notar que o trabalho da Acer produziu um impacto real na realidade das famílias e a instituição aparece nas falas como um lugar seguro e de aprendizado, melhor para as crianças do que o trabalho. Nesse sentido podemos dizer que houve também certo avanço no entendimento dos pais, que compreendem o trabalho infantil como algo que deve ser acompanhado de perto levando-se em conta a possibilidade de exploração, o desenvolvimento escolar, adequação de idade e de tarefas, etc. Mesmo assim há uma dimensão cultural bastante nociva, que precisa ser combatida.



f) Mudança de visão e perspectiva de futuro da família e dos jovens

A mudança de visão e perspectiva de futuro para as famílias e jovens aparece de forma discreta nos dispositivos de escuta utilizados nesta avaliação. Os jovens falam de forma abrangente e pouco aprofundada em querer uma vida diferente para si e para seus filhos. Trabalhar aparece como meta e perspectiva em quase todas as falas. A importância do trabalho também aparece nas falas das mães, especialmente nos grupos de famílias em atendimento, no qual demonstraram o desejo de que a Acer ofereça atividades mais voltadas para o encaminhamento profissional, tanto para adolescentes quanto para elas próprias.

Na visão das famílias e adolescentes o trabalho é algo de difícil acesso e que requer qualificações cada vez maiores. Um trabalho mais digno é objeto de desejo para todas as famílias, é isso que almejam para seus filhos é isso também que enxergam como possibilidade. Os adolescentes apontam a valorização do trabalho por parte dos educadores, que ajudam na entrada no mercado de trabalho, e na percepção de que trabalhar pode marcar uma postura responsável e ativa frente à situação que vivem. Trabalhar também traz preparo e aprendizado para a vida adulta.

A valorização do caminho do trabalho, aqui significado como caminho da autonomia, da garantia do próprio sustento e de possibilidade de crescimento profissional pode ser vista como bastante positiva, principalmente porque os jovens trazem uma oposição entre o bom caminho (estudo, trabalho) e o mau caminho (envolvimento com drogas e com o tráfico). Por outro lado, falam pouco sobre planos e sonhos para o futuro. Neste contexto, parece ser bastante desafiador formular um discurso que, por um lado, condena o trabalho (o da criança) e, por outro, aposta no trabalho como via de inclusão social. Ainda que

haja formas de bem articular estas duas vertentes, sem prejuízos ou contradições, na cultura que valoriza o trabalho, tal valor parece retroceder aos anos da infância, que deveriam ser ocupados por outras vivências, como a escola, a cultura, o esporte, a convivência familiar e comunitária, etc.



g) Mudança na relação das famílias e crianças com a escola

Ao desempenhar um papel de mediadora entre escola, família e jovens, a ACER oferece suporte para resolução de conflitos relacionados a matrículas, faltas na escola e baixo desempenho escolar. Muitas vezes os educadores acompanham as reuniões de pais e mestres, oferecem orientação nos estudos e auxiliam na execução das tarefas de casa e trabalhos escolares. Se, por um lado, passam a ocupar o papel dos pais perante a escola, por outro as famílias relatam passar a reconhecer a importância de acompanhar a vida escolar das crianças e adolescentes a partir das intervenções realizadas.

Há valorização da escola, como oposição ao trabalho infantil e ao estar na rua, e do estudo, como condição necessária que possibilita o ingresso dos jovens no mercado de trabalho. O trabalho é o que vai garantir o sustento básico, mas não aparece relacionado a nenhuma construção, desejo ou plano pelas famílias e adolescentes. Os adolescentes não mencionam um projeto de vida vinculado a “sonhos” de construir uma carreira ou ingressar em um curso superior. Ainda que o avanço das políticas de acesso ao ensino superior tenham alterado o vínculo das camadas populares ao “sonho de ser doutor”, em Eldorado, ou ao menos nos grupos com os quais estivemos, esta nova realidade não se apresentou. A educação não é reconhecida como fator que pode viabilizar e promover transformações significativas no contexto social do jovem ou família.

VI.III) Impacto do *case worker* (educador social)



h) Potências e limites do trabalho do *case worker*

As maiores potências e limites do trabalho do *case worker* encontram-se no mesmo dispositivo: o vínculo estabelecido com o público atendido. A disponibilidade dos educadores em acompanhar as famílias e adolescentes em diferentes contextos (visitas, acompanhamento médico, acompanhamento escolar, circulação pela comunidade, etc.) e a flexibilidade para montar as propostas de acompanhamento que possibilitam outras circulações pela comunidade para os familiares e jovens atendidos repercutem de maneira importante no trabalho.

Os *case workers* desempenham um papel importante e potente, ao circular pelo território, na ativação da rede para discussões de caso, na facilitação do diálogo dentro das famílias, na busca por soluções onde faltam os serviços públicos.

Nos grupos focais o vínculo com os educadores aparece de forma intensa, e, se por um lado é uma estratégia de trabalho que possibilita a frequência da criança na ACER, a criação de uma relação de confiança com os atendidos, também provoca certa confusão de lugares. Há pouca clareza por parte dos atendidos sobre a natureza do vínculo e a função institucional do educador:

“ele (educador) é meu amigo”;

“(o educador) é quase como se ele fosse meu pai”;

“hoje sou educadora dela porque hoje ela está mal e ela liga chorando para mim”.

É perceptível a dificuldade dos *case workers* em desenhar limites entre o envolvimento pessoal e profissional. Há certo excesso de oferta – de materiais, presença, acolhimento e mobilização de recursos pessoais – que parece não se relacionar a um raciocínio clínico-estratégico emancipador, pouco calculado em relação aos casos. Em certa medida, os educadores reproduzem a imagem constituída em torno da própria ACER, no sentido de que precisam, eles também, fazer o papel de mãe, de quem dá tudo, e pode atender a todos os chamados.

A personalidade, que atravessa os vários dispositivos do trabalho, parece gerar confusão e consequências como, por exemplo, a preocupação dos jovens de “não decepcionar o educador” e da dificuldade de poder fazer escolhas diferentes das propostas:

“Ela indicou o caminho certo para gente e a gente não seguiu o caminho que ela queria. Acho que ela ficou muito chateada com isso porque ela até chorou”.

O excesso e mistura no envolvimento dos *case workers* no trabalho parecem se transformar em obstáculo para a própria equipe, que excede os limites de trabalho: falam em desgaste, angústia, cansaço, de ter que super-homem para dar conta de todas as demandas. Em muitos casos, parecem lidar de forma pouco estratégica com os casos, ou seja, perdendo o pé de sua posição ao intervir, bem como do projeto educativo e/ou terapêutico que querem levar em diante.

Para os jovens e crianças atendidos, o *case worker*, ou o “meu educador” como dizem, é alguém que ajuda a mediar as relações e conflitos familiares, aquele que “conhece mais você e sua história”, “com quem você pode desabafar”, “que dá bronca e se preocupa com você”. A figura do educador aparece também relacionada a facilitação do contato das famílias e crianças com outros serviços, principalmente a escola.

Sobre o impacto do trabalho do *case worker*, muitos jovens apontam para as mudanças das relações familiares em decorrência de um trabalho de mediação que possibilitou que as questões de cada família fossem mais conversadas.

No entanto, a possibilidade de desempenhar um papel político na comunidade e também na colaboração do debate em relação às políticas públicas de assistência a infância e adolescência, parece estar sendo pouco exercido, o que coloca a instituição e os educadores no difícil lugar de quem busca soluções individuais para uma demanda quase infinita e, no mínimo, repetitiva.



i) Papel desempenhado pelo *case worker* no empoderamento da família

De acordo com o Banco Mundial, empoderamento é o processo de aumento da capacidade de indivíduos ou grupos de realizar escolhas e de transformar estas escolhas em ações e resultados. Empoderar as pessoas requer a retirada das barreiras formais e informais que as impede de agir para ampliar seu bem estar – individual ou coletivamente – e limitam suas escolhas¹³. É este conceito de empoderamento que aqui será utilizado para analisar o papel desempenhado pelos educadores sociais no empoderamento das famílias.

A partir dos grupos focais, ficou evidente que o principal sentimento das famílias para com os educadores e a instituição é de extrema gratidão. Esta gratidão passa primeiramente pelo envolvimento pessoal, pela amizade, pelas escutas, pelas angústias divididas, “já choramos muito juntos, minha educadora já foi em casa e chorou mais que eu”. Passa também pelo reconhecimento do trabalho que tira as crianças e jovens da rua e oferece um lugar seguro com atividades para eles:

“depois que começou a fazer o curso, depois que começou a participar da Acer, eles vinham na casa pra ver como estavam.. as crianças tem um acompanhamento...Ninguém está preocupada com a vida das crianças, né. Mas não ele se preocupava (refere-se ao educador), ele mandou me chamar aqui para saber porque o filho estava triste, que não estava conseguindo se concentrar. Eu expliquei para ele... Ele falou ‘vou procurar ajudar ele’, passar por um psicólogo, sempre se preocupando com os dois.”

Soma-se à gratidão um sentimento de segurança de ter um espaço que traz soluções de diversas naturezas, desde a vaga na creche, a festa de aniversário que não poderia ser feita sem ajuda, a construção da escada para subir em casa, o acompanhamento na escola e ao médico e as conversas, os desabafos, o ombro amigo. Há um nítido e forte vínculo criado entre famílias e educadores, com limites pouco claros sobre até onde vai o envolvimento pessoal e o trabalho da instituição.

Observa-se que mesmo estando desligadas, muitas das famílias do primeiro grupo focal seguem frequentando o espaço da instituição e continuam sendo assistidas em suas necessidades. A presença dos educadores e da instituição na vida destas famílias caracteriza-se por um processo de longa duração, tendo por volta de 10 anos de relações contínuas estabelecidas, segundo diversos relatos:

“Mesmo ele já estando crescido, ele não perdeu aquele vínculo. Eles sempre procuram ver como está, sempre vai lá em casa, e pergunta como ele está”

13

<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/TOPICS/EXTPOVERTY/EXTEMPowerment/0,,contentMDK:20272299~pagePK:210058~piPK:210062~theSitePK:486411~isCURL:Y,00.html>

Este dado, de um acompanhamento tão longo, chama a atenção para dois pontos: se, por um lado, este processo de longa duração possibilita um trabalho com maior profundidade, cria vínculos fortes e pode ocasionar um maior impacto, por outro, parece comprometer o empoderamento destas famílias. A ACER é tudo, pode tudo, resolve tudo, ocupa o papel da grande mãe e do poder público.

Para as famílias, portanto, os educadores e a instituição ocupam um lugar importante de apoio, de segurança, de quem pode resolver. Não se vê, no entanto, que as famílias se sentem mais autônomas ou independentes para realizar escolhas e buscar soluções para suas próprias vidas. Os familiares em nenhum momento disseram que se sentem mais seguros ou aptos hoje para realizar as atividades para as quais receberam apoio da ACER, seja o acompanhamento dos filhos na escola, tirar documentos etc. Ao que parece, o apoio recebido foi importante porque ocupou um espaço que elas não conseguiam ocupar, mas não lhes empoderou para tomar esse lugar; ao menos não ainda.

Ser uma referência, alguém com quem a família “pode contar”, está entre as estratégias da organização, e foi muitas vezes mencionada pelos educadores como “fazer pela família, fazer com a família para que depois a família possa fazer sozinha”. Ao escutarmos a equipe, no entanto, ficou claro que em diversos momentos essa estratégia era utilizada de forma indiscriminada, ou seja, sem clareza do resultado que se pretendia obter com aquela ação. A estratégia, nesse caso, se transformou em procedimento que deveria/poderia ser adotado em todos os casos, o que enfraquece a potencia da intervenção.

Para os jovens, a ACER também aparece como projeto que faz de tudo para ajudar e que dá conta do que os outros não dão. As falas dos adolescentes aparecem permeadas de um sentimento de gratidão e de uma idealização do projeto: onde a escola, os serviços, o governo e a família parecem faltar, a ACER apresenta soluções:

“se meus pais não podem fazer, eles fazem”;

“você vem aqui e eles agenda, leva você até lá e é de graça, não tem que pagar nada para tirar o documento. Se depender do governo, tem que pagar para o governo para tirar.”

Novamente se evidencia que o papel dos educadores tem sido de garantir o acesso a serviços essenciais e de dar conta de resolver as questões que a família não consegue. No entanto, no caso dos jovens, há relatos importantes de transformações ocorridas a partir das intervenções dos educadores que apontam para uma maior autonomia:

“o que eles tinham para me ajudar, eles me ajudaram. Hoje em dia tenho a minha vida”.

“sei o que eu quero, sei o que preciso fazer para cuidar do meu filho. Eu trabalho, eu estudo, tenho meus objetivos e não preciso mais da ajuda deles”.

Alguns atendidos usam a palavra “próprio” com frequência: ter um espaço próprio, uma opinião própria, poder falar de algo que é íntimo e particular, a partir de atividades como grupos de meninos/meninas. Parece que o acompanhamento pelo educador, a compreensão da história da família e o trabalho em grupos tem apoiado crianças e adolescentes a reconhecerem a si mesmo, àquilo que lhes diz respeito e a valorizarem esse espaço onde são singulares, autores.



j) Papel desempenhado pelo case worker na ativação da rede de proteção social/ SGDCA

De acordo com os profissionais da rede de proteção social escutados durante a avaliação, a ACER tem realizado importante trabalho na ativação da rede e no desenvolvimento de um trabalho conjunto com outras instituições. Essa articulação tem favorecido também a troca de conhecimento entre os profissionais:

“As discussões frequentes entre os profissionais colaboram para uma atuação ativa e reflexões para novas estratégias de sensibilizar a família atendida”.

Além disso, o conhecimento que os educadores têm sobre a situação da família e dos jovens foi bastante valorizado pelos profissionais. Foram relatados casos nos quais a familiaridade do educador com a história e contexto do adolescente e da família trouxe benefícios para o processo. O acompanhamento realizado pelo educador também foi reconhecido como bastante importante:

“Atualmente trabalhamos com uma família que apresenta difícil adesão aos serviços da rede. Esta família apresenta uma situação grave de violência doméstica. Junto com a ACER foi possível construir um vínculo positivo, uma vez que o educador faz visitas frequentes ao adolescente, possibilitando segurança ao usuário e o acompanha na Instituição CRAMI, favorecendo na frequência aos atendimentos”.

Esse trabalho de articulação tem sido feito especialmente nos casos de difícil adesão das famílias e jovens aos serviços, com resultados positivos, ainda que discretos. Alguns dos entraves apontados pelos serviços são: a dificuldade de a rede absorver a demanda, a falta de recursos humanos suficientes e a dificuldade de lidar com a impotência diante da não aderência das famílias ao trabalho proposto.

VII. Considerações Finais

Em complemento às reflexões feitas ao longo deste relatório, dois pontos centrais devem ser destacados agora. O primeiro deles se refere ao papel ocupado pela ACER e pelos educadores na vida das famílias. Através do breve contato que esta avaliação teve com os beneficiários do Projeto, assim como do reconhecimento da situação de vulnerabilidade da região de Diadema onde atua, é fácil reconhecer que as demandas presentes para a organização são urgentes e graves porque envolvem o bem estar, a segurança e o desenvolvimento de crianças e jovens, quando não, a própria vida.

Diante desse tipo necessidade, é compreensível e necessário que a organização adote medidas que busquem assegurar o mínimo cumprimento dos direitos básicos de crianças e adolescentes. Ainda assim, é fundamental que seja realizada uma reflexão cuidadosa e permanente sobre as estratégias de intervenção adotadas, já que o suprimento das necessidades das famílias não tem sido suficiente para garantir o empoderamento destas frente às muitas barreiras e desafios que continuarão a encontrar ao longo de suas vidas.

Marin (2002)¹⁴, ao discutir os serviços que atendem a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, chama atenção ao fato de muitas instituições aparecerem como depositárias do ideal de ser “toda”, de proteger os jovens e famílias, oferecer o que não tiveram. Ao tentar “sanar” a diferença (entre instituição e atendidos), ou negar a desigualdade social existente, a instituição nega a sua própria origem e deixa de oferecer lugares para que as pessoas atendidas possam questionar, denunciar e elaborar as violências vividas em decorrência as condições socioeconômicas do país, reconhecer o sofrimento em sua alteridade.

O segundo aspecto diz respeito ao cuidado com a equipe. Ainda que os educadores afirmem trocar experiências e questões entre si, chama atenção a insuficiência de espaços para pensar e planejar de maneira mais estratégica e intencional as ações. Uma separação mais clara entre envolvimento pessoal e profissional também contribuiria nesse processo. Criar um dispositivo que lhes permita esse tipo de reflexão poderia ser bastante importante para que possam selecionar com mais consciência as estratégias que serão adotadas em cada caso, e assim, potencializar os resultados da intervenção. Esta equipe precisa de cuidado e investimento para que exerça com mais potência e menos desgaste seu trabalho.

Ao falar sobre os resultados, a equipe nomeia, como um dos objetivos centrais, a quebra de ciclos de violência que muitas vezes são transmitidos de forma transgeracional, ou seja, garantir que o que foi vivido e percebido como violento pela criança, não seja reproduzido com seus filhos, netos, etc. Há certa idealização que localiza a intervenção como impossível de ser mensurada, ou percebida no cotidiano, na medida em que depende de gerações. Por outro lado, esse objetivo parece agravar a sensação de impotência que os educadores demonstram sentir em relação à situação das famílias. Através de suas falas pode-se perceber que se não é possível realizar essa grande transformação (plano do ideal), todo o resto (o que é possível) parece pouco, resignado, quase nada.

O grande risco presente é não dar à equipe resultados que ela possa alcançar e reconhecer. Os pequenos avanços e transformações também podem ser bastante significativos e importantes, tanto para as famílias e jovens, quanto para o sentido que os educadores veem em seu trabalho. O que é transmitido de geração para geração, nem sempre é passível de controle, racionalização ou intervenção direta.

¹⁴ Marin, I. Violências. São Paulo: Escuta. 2002.